|  |
| --- |
| Relatório de Instrução Processual MínimaProcesso Administrativo n° xx.xxx.xxx/xxxx |
| DADOS DA LICITAÇÃO |
| 1 – Modalidade de Licitação: Concorrênca Eletrônica para Aquisição de Bens |
| 2- Base Legal: Lei Federal nº 14.133/21, art. 28, inciso II, c/c art. 29  |
| 3- Objeto da Contratação: |
| 4- Prazo de execução: |
| 5- Valor: |
| 6- Edital nº: |
| INSTRUÇÃO PROCESSUAL | SIM | NÃOAPLICÁ VEL | FLS. | OBS.Nº |
| 1 | Constam Estudo Técnico Preliminar e o Anexo a ele correspondente (versão atualizada extraída do site oficial da PGM), devidamente preenchido, com atestação de que foi elaborado em conformidade com os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da PORTARIA “N” FP/SUBGGC N° 03/23? |  |  |  |  |
| 2 | Constam Termo de Referência/Projeto Básico, aprovado pela autoridade competente, e o Anexo a ele correspondente (versão atualizada extraída do site oficial da PGM), devidamente preenchido, com atestação de que foi elaborado em conformidade com os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 41 do Decreto Rio nº 51.629/2022? |  |  |  |  |
| 3 | Consta autorização pela autoridade competente da Pasta/Entidade para abertura do procedimento licitatório, publicada na Imprensa Oficial (art. 397 do RGCAF; art. 37, *caput* da CRFB)? |  |  |  |  |
| 4 | Consta a declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal? |  |  |  |  |
| 5 | Consta a definição da modalidade de licitação, do critério de julgamento, do modo de disputa? |  |  |  |  |
| 6 | Consta a correspondente justificativa prévia da Pasta acerca de o bem a ser adquirido se enquadrar no conceito de bens especiais, na forma do inciso XIV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021? |  |  |  |  |
| 7 | Consta a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira (inciso IX do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)? |  |  |  |  |
| 8 | Consta justificativa acerca da vedação da participação de empresas em consórcio (art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021)? |  |  |  |  |
| 9 | Consta a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual (inciso X do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)? |  |  |  |  |
| 10 | Em caso de opção pelo orçamento sigiloso, consta motivação sobre o momento de sua divulgação, observado o art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021 (inciso XI do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)? |  |  |  |  |
| 11 | O valor estimado da licitação foi calculado em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a PORTARIA “N” FP/SUBGGC N° 04/23? |  |  |  |  |
| 12 | Em caso de contratação de valor global ou itens/lotes de até R$ 80.000,00, foi concedida exclusividade de participação a microempresas e empresas de pequeno porte, consoante o inciso I do art. 48, da LC nº 123/2006, alterada pela LC nº 147/2014, com a adoção das alterações previstas na minuta-padrão? |  |  |  |  |
| 13 | Em se tratando de licitação para a aquisição de bens de natureza divisível, situação a ser devidamente demonstrada pela Administração Pública, foi estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, consoante o inciso III do art. 48, da LC nº 123/2006, alterada pela LC nº 147/2014, com a adoção das alterações previstas na minuta-padrão? |  |  |  |  |
| 14 | No caso de ter sido indicado no objeto marca ou modelo dos bens a serem adquiridos, foi atendido o disposto no art. 41, I da Lei Federal nº 14.133/2021? |  |  |  |  |
| 15 | Consta exigência da prestação da garantia contratual (arts. 445, 447 e 457 do RGCAF e art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021)? |  |  |  |  |
| 16 | Constam minuta-padrão e anexos (versão atualizada extraída do site oficial da PGM), aprovados pelo Decreto Rio nº 51.689/2022 e posteriores alterações promovidas por Resoluções PGM? |  |  |  |  |
| 17 | Consta Declaração de Conformidade, com indicação do número da minuta-padrão utilizada (versão atualizada extraída do site oficial da PGM), preenchida de acordo com o padrão do Anexo I do Decreto Rio nº 51.689/2022, e as respectivas alterações na Minuta do Edital de Licitação e Contrato foram indicadas e justificadas? |  |  |  |  |
| 18 | Em se tratando de licitação de grande vulto (art. 6º XXII da Lei Federal nº 14.133/2021) foi observado o disposto nos arts. 22, §3º (matriz de alocação de riscos), 25, §4º (implantação de programa de integridade) e 99 (possibilidade de exigir prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada prevista no art. 102, em percentual equivalente a até 30% do valor inicial do contrato)? |  |  |  |  |
| 19 | Observância do Decreto nº 40.286/15 e do Decreto nº 47.678/20 que dispõem sobre a centralização das contratações. |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| OBSERVAÇÕES: |
| OBS. Nº: |  |

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

AGENTE PÚBLICO

(Nome, cargo, matrícula e lotação)